

Loucura e saúde mental na antropologia brasileira: quatro décadas de dissertações e teses¹

Lilian Leite Chaves¹

Introdução

A antropologia brasileira pode ser analisada considerando ao menos três períodos: o fim do século XIX e início do século XX, da década de 1930 até a de 1960 e de 1968 até a atualidade. Esses períodos correspondem, respectivamente, aos estudos da formação da nação, à institucionalização das ciências sociais e à criação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia. Há um consenso em torno da ideia de que, diferentemente de outros centros, a antropologia no Brasil é marcada por pensar o próprio país, uma antropologia em grande parte reflexiva. Nesse âmbito, é de interesse deste estudo apontar como a temática da loucura, da doença mental, da saúde mental e demais termos correlatos figura no empreendimento de fazer antropologia no e sobre o Brasil.

Na passagem do século XIX para o século XX, o processo de construção da antropologia brasileira contou com reflexões sobre raça, mestiçagem, crime e degenerescência no

esforço de pensar os brasileiros e a formação da nação. Nesse contexto, Nina Rodrigues destaca-se (é destacado) como um dos intelectuais polivalentes que iniciam as pesquisas antropológicas no Brasil. Segundo Corrêa (2001), o autor – preocupado com as questões da capacidade civil, da responsabilidade penal e das desigualdades sociais no âmbito das interações raciais – esforçou-se para consolidar a medicina legal e ajudou na criação de uma nova disciplina interessada no ser humano. Corrêa (2001) explica que a definição de antropologia “enquanto ciência do homem” provém da prática médica com os seus estudos de caso advindos da craniologia, craniometria e antropometria de criminosos e loucos². A antropologia de Nina Rodrigues carrega uma acepção biológica, seja como antropologia patológica, seja como antropologia criminal. No cerne do pensamento de Nina Rodrigues estão as morbidades das raças e o negro como um problema no Brasil; dimensões que ganham matizes com o fenômeno da mestiçagem. Em associação

¹Instituto de Antropologia, Universidade Federal de Roraima – Boa Vista (RR), Brasil. E-mail: lilianlchaves@gmail.com
Recebido em: 28/03/2019. Aprovado em: 27/09/2019.

²Este trabalho configura-se como um produto do projeto “Levar a sério os pontos de vista dos loucos e as suas implicações nas discussões sobre loucura na contemporaneidade brasileira”, desenvolvido no período em que estive como bolsista PNPd/CAPES no PPGAS/UFRN.

²Oda (2001) acrescenta que, nesse esforço de criação e diferenciação de áreas de saberes, encontrava-se também a psiquiatria. Para a autora, Nina Rodrigues atribuía a essas ciências a prerrogativa de explicar cientificamente o comportamento humano e a responsabilidade de regular e avaliar as atitudes consideradas mórbidas dos indivíduos, decidindo sobre a imputabilidade e a prevenção da loucura e do crime.

à ênfase biológica, o autor debruçou-se em variáveis psíquicas, étnicas e ambientais na análise dos possíveis efeitos da mestiçagem na composição do povo brasileiro e da nação. A degenerescência, o crime e as perturbações das multidões são os temas que o autor perseguiu tentando apontar os limites tênues entre os aspectos hereditários, psicológicos e sociais (Rodrigues, 2006; 2010).

Oda (2001) e Serpa Jr. (2010) explicam que a teoria da degenerescência surgiu na Europa na segunda metade do século XIX, com as proposições de Morel de que existia um desvio de um tipo primitivo perfeito transmitido hereditariamente no suceder das gerações. Os autores apontam que, posteriormente, Magnan retoma e nega a tese do desvio do tipo perfeito de Morel, equivalendo perfectibilidade ao progresso como movimento de conservação da espécie. Para Magnan, a degenerescência é um estado patológico que coloca em xeque o progresso natural da espécie por causa da diminuição da resistência psicofísica de um indivíduo em relação aos seus geradores mais imediatos. A degenerescência é o reverso do progresso e, conseqüentemente, da civilização.

A discussão sobre progresso e civilização remete às colocações sobre estágios de evolução, nos quais se tenta enquadrar grupos atribuindo-lhes diferenças biológicas (sobretudo a raça) e submetendo-os a uma hierarquia civilizacional (Serpa Jr., 2010). É nesse âmbito que a penetrabilidade da teoria da degenerescência no pensamento de Nina Rodrigues assume papel importante, uma vez que o autor, relacionando raça e alienação mental, concentra-se em pensar o Brasil como um lugar onde viviam grupos distintos vistos como pertencentes a estágios diferentes da evolução e para o qual a miscigenação colocava problemas. O primitivo — o negro e o indígena — era visto como inferior na

escala civilizacional, e o miscigenado — o que carrega a mistura de raças em estágios diferentes de evolução — era visto como fatalmente degenerado, desequilibrado, alienado (Oda, 2001). A concepção de degenerescência engloba aspectos físicos e morais, o que pode ser visto nas explicações de Nina Rodrigues para a criminalidade. Ele aponta, nas raças negra e vermelha, o atavismo (descontinuidade da transmissão hereditária de certas qualidades dos antepassados que fundamenta uma modalidade de degeneração psíquica que se expressa na inadaptação do indivíduo à ordem social) e a sobrevivência (resquícios de temperamentos e qualidades morais que deveriam estar extintos, mas que continuaram a existir atrelados a novos hábitos e aquisições morais e intelectuais) como os componentes da criminalidade ordinária e da criminalidade étnica (Rodrigues, 2010).

A criminalidade, quando cometida a dois ou em bando, ajudava a compor, com as epidemias coreiformes e a loucura das multidões, as coletividades anormais. Nas epidemias coreiformes ocorridas no norte brasileiro durante o século XIX, o autor apontou uma forma de histeria atingindo uma grande maioria de “pessoas de cor”, na qual o contágio se dava por imitação em um meio favorecido por festas religiosas, danças sagradas, precariedade sanitária, surtos de beribéri e agitação política proveniente da passagem do império para a república. Em relação à loucura das multidões, Nina Rodrigues, contrariando o pensamento mais difundido de sua época que considerava o isolamento e a incapacidade de associação como característica da loucura, esforçou-se por afirmar a capacidade associativa do alienado no cometimento de crime de bando e no estabelecimento de multidões perturbadas. A capacidade associativa do alienado demonstra que a loucura pode ser comunicada e se configura como

um elo que subjaz o estabelecimento de coletividades anormais (Rodrigues, 2006).

O breve resgate do pensamento de Nina Rodrigues permite vislumbrar que a temática da loucura se imiscuiu nas discussões sobre raça e crime, sendo assim constitutiva das reflexões sobre o Brasil – tanto a respeito da sua população, quanto de seus aspectos e expectativas civilizacionais. Corrêa (2001, p. 123) reitera que o autor acreditava que boa parte da população brasileira se encontrava em um estágio primitivo e que “admitir a sua anormalidade seria também afirmar que a nação era composta em sua maioria de loucos atuais ou virtuais”. Dessa maneira, a temática da loucura está presente no campo da antropologia brasileira desde as discussões sobre a formação da nação.

A partir de 1930, com a missão francesa que auxilia na estruturação da Universidade de São Paulo (USP), as ciências sociais são institucionalizadas no Brasil, isto é, inicia-se a formação de cientistas sociais em moldes universitários. A antropologia, fecundada nos terrenos da medicina e do direito, ganha uma nova circunscrição e conseqüentemente outras tênues fronteiras. No cenário nacional, após os anos 1930, destaca-se o pesquisador que frequentemente cruza fronteiras institucionais e das áreas de conhecimento social, sendo recorrente o fluxo de estrangeiros que aportam para pesquisar e lecionar no Brasil e o trânsito de brasileiros que se aperfeiçoam no exterior e retornam ao país para compor os quadros institucionais.

Roger Bastide é um desses pesquisadores que cruza fronteiras e foi responsável por manter a temática da loucura presente nas pesquisas das ciências sociais³.

Queiróz (1976; 1978) assinala que, diferentemente da maioria dos estrangeiros que pesquisavam o Brasil, Bastide, com a sua perspectiva anti-etnocêntrica, iniciou as suas pesquisas considerando o que os autores brasileiros já tinham elaborado a respeito da realidade e dos problemas nacionais. Das discussões enfrentadas pelos pesquisadores nacionais, entre eles Nina Rodrigues, Bastide debruçou-se sobre as relações inter-raciais, a estratificação social, a interpenetração de civilizações e a integração da sociedade brasileira. Ele deteve-se na situação de dominação e subordinação presente nas interações entre brancos e negros e na organização das comunidades afro-brasileiras que se encontravam inseridas em dois mundos — o mundo branco da cidadania, da política e do trabalho; o mundo negro da ancestralidade e da religião.

A pertença do negro a esses dois mundos, as suas estratégias para sobreviver e os efeitos dessa pertença no que se refere aos comportamentos transtornados e às doenças mentais são aspectos que, segundo Bastide (2016), passaram a compor o pensamento social depois da abolição da escravidão. Para o autor, após a supressão do trabalho servil, o surgimento de uma massa negra desorganizada dá-se com a entrada dos negros no mundo dos brancos e acentua-se com os processos de urbanização e industrialização. Nesses processos, há tanto a passagem de uma sociedade de tipo paternalista para uma sociedade de concorrência entre as raças quanto uma passagem das psicoses de tipo orgânico (alcoólicas, sífilíticas e humoral) para as psicoses de tipo funcional e neuroses. As condições impostas aos negros para que se inserissem nas relações de trabalho e nos es-

3 De acordo com Nunes (2015), Bastide, trabalhando na interface de saberes, elabora uma série de estudos entre 1941 e 1972 que traz contribuições para as áreas da medicina, doença mental, psiquiatria social e psicanálise e também para pensar o Brasil tendo em vista a afirmação da heterogeneidade e não a sua aniquilação.

paços de cidadania demonstram que a segregação e a marginalização operavam como fatores patogênicos. Bastide (2016) afirma que as doenças mentais estão ligadas às falhas nos mecanismos de defesas. Elas ocorrem quando os meios de defesas fornecidos pela cultura “são insuficientes para que o indivíduo possa reprimir suas pulsões culturalmente distônicas” ou “quando um indivíduo entra em contato com uma sociedade que não possui os mesmos mecanismos de defesa que os de sua sociedade nativa” (Bastide, 2016, p. 352). Os choques interétnicos percebidos nas relações entre negros e brancos no mundo do trabalho e da política promoviam a explosão ou o enfraquecimento dos sistemas sociais dos negros, colocando em xeque os seus mecanismos de defesa garantidores de segurança e saúde mental. Em contrapartida, os negros encontravam em sua religião e ancestralidade um motor de agregação e de compensação na luta contra o preconceito e a pobreza. Assim, o transe e o ritual religioso, que outrora foram vistos como manifestações históricas e como elementos de contágio para epidemias de loucura, ganham uma nova interpretação como instrumentos de cura e de adaptação social.

Nina Rodrigues e Roger Bastide apresentaram ainda preocupações e dados acerca da assistência aos doentes mentais no Brasil. Corrêa (2001) conta que Nina Rodrigues, ao se opor à criação de “asilos modelos” para alienados, defendia os asilos-escola, as colônias agrícolas e a assistência familiar em substituição aos asilos fechados. Venâncio (2011) explica que, no início do século XX, as colônias ou os serviços que se pautavam pela aprendizagem e pelo trabalho agrícola despontavam como novos dispositivos terapêuticos que colocavam o alienado próximo da natureza e longe dos excessos da vida urbana, substituindo, assim, os antigos asilos com os

seus tratamentos morais. Dessa maneira, as posições de Nina Rodrigues ecoavam as novas terapêuticas que ganhavam proeminência na época.

Bastide (2016) trabalhou com dados estatísticos organizados por psiquiatras sobre a relação de raça e doença mental em alguns estados brasileiros. Ele apontou para o alto número de pessoas internadas, com grande porcentagem de pessoas negras e de cor, chamando a atenção para fatores como a pobreza, o trabalho, a urbanização, que gera o distanciamento dos indivíduos de suas ilhas de segurança mental, a sífilis, e o uso do álcool e drogas enquanto razões que levaram as pessoas a desenvolverem doenças mentais e a serem internadas. Rodrigues (2016) pondera que o autor enveredou por uma sociologia das doenças mentais interessada no peso exercido pelos fatores sociais e ambientais nos grupos e coletividades, e não mais em um conjunto de patologias desenvolvido por um indivíduo.

A breve incursão no pensamento de Nina Rodrigues e Bastide tem por objetivo deixar claro que as discussões e pesquisas sobre doença mental, loucura, e as diversas rubricas que com esses termos guardam alguma correspondência, têm profundidade histórica na formação da antropologia brasileira e na maneira como ela está estruturada na atualidade, isto é, como um campo institucionalizado, um curso e um conjunto de disciplinas que passam a ocupar um lugar nas universidades a partir do fim dos anos 1960.

Rubim (1996) explica que na década de 1950, com a criação da Associação Brasileira de Antropologia, estava em voga uma preocupação em se formar profissionais e constituir espaços especializados no ensino e na pesquisa antropológica. Esses espaços especializados ganharam fôlego e formato com o estabelecimento dos primeiros Programas de Pós-Graduação em Antropologia

Social (PPGAS) no país, como o do Museu Nacional em 1968 e de outros na década seguinte (Universidade de Brasília — UnB, USP e Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP). A autora esclarece que a antropologia no Brasil alcança um novo significado com a criação dos PPGAS, pois se torna um campo reconhecido pelos intelectuais brasileiros e se estabelece uma identidade profissional entre os cientistas sociais, “o ser antropólogo”. Na década de 1970, “os profissionais em Antropologia Social se afirmaram através da formação na pós-graduação e da excelência de suas pesquisas, assumindo um papel importante nas decisões sociais que dizem respeito aos seus objetos de estudos” (Rubim, 1996, p. 42). Entre as dissertações defendidas nessa década, encontra-se a de Rosine Perelberg, defendida em 1976 no PPGAS do Museu Nacional. Trata-se de uma etnografia, realizada em uma enfermaria psiquiátrica de um hospital geral no Rio de Janeiro, que combinou abordagens referentes ao desvio social, à acusação e ao ritual para compreender o processo de internação e atendimento dos internados. Perelberg (1980)⁴, expondo a sua inquietação motriz, pergunta-se: que trabalho um antropólogo poderia desenvolver num serviço de psiquiatria?

De alguma maneira, a pergunta de Perelberg encontra correspondentes nas inquietações dos diversos trabalhos que serão desenvolvidos nos limites dos PPGAS brasileiros que versam sobre loucura, doença mental, saúde mental e outros termos que guardam equivalências e proximidades. De forma curiosa, coloca-se o desafio, teórico e metodológico, da entrada da pesquisa antropológica em uma seara que lhe parece alheia, mas que

historicamente, como se tentou sinalizar, a constitui. O esforço que será empreendido adiante é apresentar um mapeamento de dissertações e teses defendidas sobre a temática nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, desde a sua institucionalização. O objetivo é assinalar a presença desses estudos na consolidação da antropologia brasileira, mostrando como as temáticas apontadas se inserem em diferentes eixos de pesquisas.

Levantamento de dissertações e teses: um trabalho artesanal

O trabalho empreendido na realização de um levantamento de dissertações e teses, que visa cobrir temáticas em uma área de conhecimento, é em grande medida artesanal, uma vez que existem barreiras de acesso à informação, vazios e silêncios institucionais como desafios a serem contornados. Mesmo com a sofisticação das ferramentas de busca que facilitam o acesso às plataformas das bibliotecas, repositórios e *sites* de programas de pós-graduação, o trabalho de levantamento exige criatividade para lidar com os seguintes problemas: falta de listagens completas das dissertações e teses defendidas em cada programa; ausência dos materiais nas bibliotecas digitais e repositórios; títulos diferentes nas listas dos programas e nos cadastros das bibliotecas; e ausência dos volumes impressos nas bibliotecas. Esses problemas justificam, de certo modo, as possíveis brechas contidas nos dados levantados.

O interesse em cobrir todos os programas brasileiros de pós-graduação em antropologia, considerando um recorte de pouco mais de quatro décadas, exigiu que se conferissem todos os programas recomendados e

4 A versão acessada refere-se à dissertação de 1976 publicada como livro em 1980.

reconhecidos pela CAPES, incluindo aqueles que funcionaram durante um período e foram descontinuados ou reestruturados. Dessa maneira, foram considerados 29 programas em funcionamento⁵.

Todos os programas em funcionamento contam com *sites*; contudo, nem todos disponibilizam listas completas e atualizadas das dissertações e teses defendidas em seus âmbitos desde as suas criações. O *site* do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, por exemplo, disponibiliza uma listagem de dissertações somente a partir de 2007, embora o curso de mestrado tenha começado no ano de 1994. Existem outros programas que não apresentam listagens das suas produções; eles redirecionam o pesquisador para os repositórios institucionais das suas universidades, em que constam dissertações e teses digitalizadas, porém sem informações sobre

trabalhos defendidos que porventura não estão digitalizados. Esses exemplos demonstram que o primeiro passo é testar estratégias para descobrir pistas dos trabalhos existentes quando as informações institucionais não estão completas. As estratégias vão desde as tentativas de acesso à informação por *e-mail*, telefone e presencialmente até o levantamento dos profissionais que compõem ou fizeram parte de cada programa e a análise das orientações cadastradas em seus currículos *lattes*.

A escolha de descritores e palavras-chave é um ponto primordial de qualquer mapeamento de produção. No caso das pesquisas antropológicas, há o aumento de palavras em cada rodada de busca, uma vez que existem termos científicos, nativos e de classificações livres usados para contemplar as particularidades dos contextos pesquisados; tais termos

5 A última consulta a todos os *sites* e bases ocorreu em janeiro de 2019. Dessa data, constavam 31 programas segundo a tabela de cursos recomendados e reconhecidos por área de conhecimento “Antropologia” pertencente à área de avaliação “Antropologia e Arqueologia” disponibilizada na Plataforma Sucupira. Porém, nessa tabela, a USP conta com dois programas, sendo um exclusivamente de Arqueologia, e a UFF conta com dois programas, sendo um referente à Justiça e Segurança, cuja situação é “em projeto”. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=35&areaConhecimento=70300003>. Acesso em: 31 jan. 2019. Fazem parte dos 29 programas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS, Universidade Federal de Roraima — UFRR, Universidade Federal de Sergipe — UFS, Universidade Federal do Piauí — UFPI, Museu Paraense Emílio Goeldi, UnB, Universidade de Pernambuco — UPE, USP, UNICAMP, Universidade Estadual do Maranhão — UEMA, Universidade Federal da Bahia — UFBA, Universidade Federal da Grande Dourados — UFGD, Universidade Federal da Paraíba — UFPB, Universidade Federal de Alagoas — UFAL, Universidade Federal de Goiás — UFG, Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT, Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, Universidade Federal de Pelotas — UFPEL, Universidade Federal de Pernambuco — UFPE, Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC, Universidade Federal de São Carlos — UFSCAR, Universidade Federal do Amazonas — UFAM, Universidade Federal do Ceará — UFC, Universidade Federal do Pará — UFPA, Universidade Federal do Paraná — UFPR, Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN, Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS, Universidade Federal Fluminense — UFF) e informações de três programas que foram descontinuados ou reestruturados (Mestrado em Antropologia Social da UFPR — iniciado em 1991 e reestruturado em 1998 de acordo com a sua apresentação no *site* <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/ppga/historico/>>. Acesso em: 31 jan. 2019 —, Mestrado em Antropologia da UFRN — de acordo com Nasser e Nasser (2006) e Schwade (2006), o primeiro mestrado em Antropologia da UFRN foi implantado em agosto de 1978 e durou até 1982, quando foi transformado em mestrado em Ciências Sociais —, Mestrado em Antropologia da UFPA — na busca por dados cadastrais dos programas na Plataforma Sucupira, consta que houve um Mestrado em Antropologia na UFPA, recomendado em 1993 e desativado em 2006. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?popup=true&id_programa=41>. Acesso em: 31 jan. 2019).

também precisam ser considerados como descritores. Os descritores bases utilizados foram “loucura,” “doença mental” e “saúde mental”. Como cada um desses termos comporta e evoca uma miríade de outros termos e associações, optou-se por inserir no rol de descritores cada novo termo encontrado nas buscas. Desse rol, constam: desvio social, loucura, doença mental, esquizofrenia, saúde mental, distúrbio psíquico, transtornos psiquiátricos, depressão, delírio, problemas de cabeça, nervoso, álcool, drogas, psicoativos, psicotrópicos, loucos, alienados, pacientes psiquiátricos, hospício, hospital psiquiátrico, manicômio, manicômio judiciário, CAPS, residências terapêuticas, curatela, interdição civil, mente, psicoterapia, reforma psiquiátrica, psiquiatria, psicologia e psicanálise. Foram recolhidos ainda títulos que mencionassem nomes de estabelecimentos ligados ao campo da saúde mental, como “Museu de Imagens do Inconsciente”, nomes de pessoas importantes, como “Artur Bispo do Rosário”, “Antonin Artaud” e “Qorpo Santo”, e termos que poderiam ser referentes ao campo da saúde mental, sem explicitá-lo, como “sofrimento”, “deficiência”, “doença”, “hospital”, “cura”, “saúde”, “vulneráveis”, “pessoas diferentes”, “pessoas especiais”, “excepcionais”, “acolhimento e asilo”.

Tendo em vista a variedade de termos encontrados nas listagens disponibilizadas pelos programas, foi possível buscar, na seção de orientações concluídas cadastradas nos currículos *lattes* dos docentes, referências não mencionadas nessas listagens. Essa estratégia permitiu ampliar a lista de dissertações e teses, apontando para novos pesquisadores. É importante frisar que ela dependeu dos da-

dos atualizados por cada pesquisador e que alguns títulos cadastrados pelos docentes não estavam de acordo com os cadastrados pelo autor em seu *lattes* ou mesmo pela biblioteca. A análise dos currículos *lattes* partiu das listas de docentes cadastrados nos programas, de informações sobre docentes contidas em artigos sobre a história dos programas e ainda de informações coletadas de maneira informal com colegas no que respeita a nomes de docentes aposentados, falecidos ou que mudaram de instituições durante as suas trajetórias. Analisar currículos *lattes* foi uma forma de encontrar pistas que permitissem juntar dados dispersos e bricolar “uma memória” que não estava dada ou organizada oficialmente.

Após compor a primeira lista de títulos, realizou-se uma triagem considerando a leitura dos resumos e das palavras-chave escolhidas pelos autores. Essa etapa foi muito importante para certificar o enquadramento do trabalho no escopo a que se destina este estudo, principalmente aqueles que não traziam títulos tão explícitos. Alguns resumos não estavam acompanhados de palavras-chave. Nesse caso, cruzou-se o título com o conteúdo do resumo, procurando no conteúdo do resumo termos semelhantes aos usados no levantamento dos títulos. Para a consulta dos resumos e palavras-chave, foram realizadas buscas nos *sites* dos programas, nas bases das bibliotecas de cada instituição de ensino, nos repositórios institucionais e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT).

A listagem dos trabalhos conta com 98 títulos, sendo 73 dissertações e 25 teses defendidas entre 1976 (a primeira dissertação) e 2018⁶. Dessa listagem, 11 trabalhos não foram acessados porque não foram en-

6 Como a última consulta aos *sites* e bases deu-se em janeiro de 2019, é possível que haja pesquisas defendidas ou digitalizadas em 2018 e que não constam desse levantamento, uma vez que elas não estavam referenciadas nos *sites* na data citada.

contrados com o esgotamento de todas as estratégias traçadas. Foi possível observar que todas as regiões contam com trabalhos que se inserem no escopo pretendido: a Região Sudeste conta com 45 títulos, a Região Sul com 25, a Região Nordeste com 17, a Região Centro-Oeste com nove e a Região Norte com 2. Existe uma concentração de trabalhos em alguns programas, uma vez que o do Museu Nacional concentra 17 trabalhos, o da UFRGS 16 trabalhos, o da UFF 10 trabalhos, e os da UFSCAR e da UFPE concentram nove trabalhos cada programa. Os trabalhos restantes foram defendidos nos programas da UnB (6), UNICAMP (5), UFSC (5), USP (3), UFPR (3), UFG (2), UFBA (2), UFPB (2), UFS (2), UFRN (1), UFPEL (1), UFMG (1), UFPI (1), UFMT (1), UFPA (1), UFRR (1). No que concerne à divisão dos trabalhos por uma linha do tempo, observa-se que foram defendidos: um trabalho na década de 1970, seis trabalhos de 1980 a 1989, 11 trabalhos de 1990 a 1999, 24 trabalhos de 2000 a 2009 e 56 trabalhos de 2010 a 2018.

De 1970 ao fim do milênio: estabelecimento de eixos de pesquisa e abordagens

Os primeiros trabalhos acerca da temática da doença e da saúde mentais defendidos nos Programas de Pós-Graduação em Antro-

pologia dão continuidade às preocupações levantadas por Nina Rodrigues e Roger Bastide, como as questões da religião, da assistência aos doentes mentais, da urbanização, da estratificação social, do crime, do álcool, das drogas, da marginalização, da pobreza e do mundo do trabalho. Em contrapartida, essas pesquisas lidam com assuntos que se mostraram tendência na década de 1970 e nos anos seguintes, como as reflexões sobre a estigmatização, o desvio social, a constituição do indivíduo e da pessoa e a relação da antropologia com a psiquiatria, a psicanálise e a psicologia⁷. Além disso, em termos políticos, esse período foi marcado pelo início das denúncias de violências e de mortes dentro das instituições psiquiátricas, pelo começo da luta pela reforma psiquiátrica no Brasil e também pelas Campanhas Nacionais de Saúde Mental⁸, instituídas em 1967, e que vigoraram até o início da década de 1990.

Ressalta-se que cada trabalho aborda mais de uma dessas reflexões e traz nuances diversas, referentes às particularidades dos contextos e às maneiras como os contextos foram acessados. Assim, o enquadramento que segue é o que a pesquisadora percebe como as linhas mestras dos trabalhos consultados. Perelberg (1980), em sua pesquisa nos setores de pareceres e de família de uma enfermaria psiquiátrica, apresenta o funcionamento administrativo e formativo dos setores, as noções manejadas por diferentes

7 Tais reflexões possuem relação direta com as leituras e instrumentalizações que os pesquisadores brasileiros realizaram dos estudos elaborados por autores da Escola de Chicago, principalmente Goffman e Becker, e também de autores caros à formação do pensamento e da metodologia dessa escola, como Simmel. Gilberto Velho é um nome importante nesse cenário, pois foi ele quem iniciou as pesquisas antropológicas no ambiente urbano, para o qual se mostravam de grande valia as abordagens acerca da estigmatização e do desvio social e os enfoques que consideravam os diálogos entre as diversas áreas de conhecimento, entre elas as áreas *psi*.

8 O Decreto nº 60.252, de 21 de fevereiro de 1967, instituiu a Campanha Nacional de Saúde Mental que, entre outras coisas, objetivava a assistência, o tratamento e a reabilitação de psicopatas; a adoção de medidas para o combate ao alcoolismo, à dependência e à toxicomania; e o tratamento e recuperação de alcoólatras, dependentes e toxicômanos (Brasil, 1967).

profissionais acerca da doença mental, as relações entre os diversos tipos de profissionais e o processo de internação psiquiátrica como um ritual de acusação e de estigmatização do indivíduo rotulado como doente mental. A autora referencia as discussões que estavam em voga sobre a crítica ao saber psiquiátrico, os embates entre visões organicistas e psicológicas e os experimentos de reestruturação da assistência que passavam a considerar também a família e o meio. A abordagem do desvio ilumina o ato da internação, no qual se cola um rótulo em um indivíduo, ato que tem como suporte uma intrincada rede de poderes em torno de quem é rotulado.

A dissertação de Lima (1987) assemelha-se à de Perelberg, pois a autora aponta o poder de uma dada instância social em sancionar o desvio. Lima, interessada pelos usuários de Alfacan, busca mostrar como a Divisão de Serviços Técnicos da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco define como desviante o dependente de Dextropropoxifeno. Analisando a configuração do usuário de Alfacan, os momentos da produção da identidade desviante que se dá nas relações entre acusadores (lei, família, serviços de segurança e terapêuticos) e acusados, e os discursos dos acusados, a autora conclui que os serviços reforçam as identidades desviantes em vez de recuperá-las e que os *outsiders* têm projetos de vida e anseiam por espaços onde possam se inserir.

Em outra vertente, Soares (1980) detém-se sobre o maneio da estigmatização e do rótulo de louco por indivíduos a fim de auferir vantagens econômicas, jurídicas e sociais, isto é, a ação de manipular a loucura como estratégia de sobrevivência. O trabalho da autora não enfoca a perspectiva do

internamento forçado, não consentido. Ele privilegia os malabarismos e as atuações de indivíduos para serem considerados loucos, hospitalizados e mantidos em internamento. De toda maneira, a instituição é o lócus de legitimação do rótulo, pois é a passagem pelas instituições com seus laudos e carimbos que permite às pessoas acessarem benefícios previdenciários e sociais.

No conjunto de trabalhos que enfocaram serviços de assistência estão os de Lougon (1987) a respeito da Colônia Juliano Moreira, Carrara (1998) acerca do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, Venâncio (1990) referente ao Hospital-Dia do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e Carreteiro (1998) sobre o Manicômio Judiciário Henrique Roxo, todos localizados no estado do Rio de Janeiro. Lougon (1987) e Venâncio (1990), embora se debrucem em instituições de caráter distinto, o primeiro em uma instituição asilar e a segunda em um serviço alternativo, estão interessados nos processos de mudanças da assistência psiquiátrica desde a década de 1970. Lougon (1987) interessa-se pela acolhida do que internacionalmente se organizava como o movimento de psiquiatria democrática italiana e sua instrumentalização para pensar as mudanças no espaço da colônia. Venâncio (1990) empreende um estudo do que na época se colocava como a “nova psiquiatria” — comunidades terapêuticas, antipsiquiatria, psiquiatria de setor, psiquiatria comunitária, psiquiatria democrática — cujo hospital-dia era uma modalidade de serviço, buscando entender como as representações dessa ideologia ordenavam os valores relacionados à concepção de pessoa.

As pesquisas de Carrara (1998)⁹ e de Carreteiro (1998) guardam semelhanças re-

9 A dissertação do autor foi defendida em 1988, porém a versão acessada refere-se ao livro publicado em 1998.

lacionadas ao tipo de instituição estudada e à discussão sobre o contínuo embate entre os modelos médicos e jurídicos constituintes desse tipo de instituição. Carrara (1998) buscou nos arquivos, e através da observação de reuniões terapêuticas, acessar a constituição de indivíduos, cujos atos deveriam ser analisados como derivados da loucura e da delinquência, e de um espaço que era ao mesmo tempo prisional, asilar, hospitalar e penitenciário. Carreiro (1998) penetrou no ambiente de altos muros e portões trancados com cadeados, frequentou audiências, entrevistou psiquiatras e loucos infratores para apreender os procedimentos psiquiátricos e forenses, além de seus discursos a respeito da periculosidade. A autora enveredou-se por compreender como a doença e o crime são tratados numa mesma instituição social configurando um tipo de pessoa: o interno.

Em 1985, Duarte (1986)¹⁰ defendeu uma tese que inaugura um importante eixo de reflexão, o estudo sobre as categorias doença dos nervos, nervoso, nervosismo. O autor analisa essas categorias inserindo-as na rubrica das “perturbações físico-morais”. Interessado no processo de construção das identidades sociais relativas à experiência do trabalho — o que num período de urbanização, modernização e mudança social leva a que alguém se defina como um trabalhador —, Duarte (1986) percebeu que o campo semântico que essas categorias indicavam se referia tanto às relações laborais quanto à sociabilidade vicinal, às representações de saúde e religião, às relações com códigos e instituições que definem as normas e os desvios. O autor explora a construção de uma identidade social ante a concepção particular da noção de “pessoa” que na cultura ociden-

tal é colocada na ideologia do individualismo. Para isso, Duarte resgata a construção moderna da ideologia do individualismo e as elaborações de diversos campos de saber que auxiliam a constituir a ideia de perturbação nutrida pela noção do indivíduo.

O trabalho de Duarte (1986) torna-se referência para duas vias de reflexão: a concepção das noções de indivíduo e de pessoa, tendo como base o que ele enquadra na rubrica das perturbações físico-morais, e o nervoso e “as perturbações físico-morais”. Este trabalho contribui ainda para reforçar os diálogos da antropologia com os campos “psi”, seja para compreender a constituição desses saberes, seja para travar conjuntamente interpretações a respeito de objetos e contextos. Venâncio (1998), ocupada com o tema do “eu dividido”, atenta para o fato de as representações sociais da pessoa na cultura ocidental moderna estarem intimamente ligadas à tríade verdade/vontade/interioridade. A autora reflete sobre o surgimento do conhecimento psiquiátrico como um dos saberes acerca das perturbações físico-morais cujo objeto principal, a esquizofrenia, fundamenta-se na concepção do eu dividido.

Oliveira (1990), com o seu estudo sobre alcoolismo, e Silveira (1998), estudando os nervos e as nervosas, também seguem trilhas abertas pelo trabalho de Duarte (1986), ambas inserindo as suas pesquisas no enquadramento das perturbações físico-morais. As autoras traçam pensamentos científicos e elaborações populares, concatenando revisão de literatura e observação participante. O objetivo de Oliveira (1990), tendo como campo um bairro do Recife, era compreender o fenômeno do alcoolismo em camadas populares, tentando alcançar até que ponto

10 A tese do autor foi defendida em 1985, mas a versão referenciada é relativa ao livro publicado em 1986.

as elaborações científicas eram apropriadas pelo meio popular e quando os saberes científicos e populares se mostravam conflitantes. Em sua pesquisa realizada no Campeche, em Florianópolis, Silveira (1998) percebeu que, naquele contexto, os nervos eram colocados como algo do âmbito das mulheres, o que desencadeava violências e tornava perceptível o encontro de perspectivas sobre gênero e saúde.

No que tange ao diálogo entre a antropologia e o campo “psi”, encontram-se as pesquisas de Russo (1991) e de Bastos (1998). Russo (1991) apresenta as terapias corporais que tiveram propulsão com o *boom* da psicanálise e com a propagação de uma cultura psicológica nas camadas médias urbanas, uma vez que essas começavam a valorizar noções como individualidade e autocohecimento. A autora traça do surgimento de uma atividade “psi”, contextualizando as terapias corporais em um movimento pós-analítico no qual o psicológico é visto como corporal, isto é, o sofrimento psicológico deve ser tratado com práticas e atividades corporais. Por sua vez, Bastos (1998) realiza uma crítica à psiquiatria tendo como ponto de partida os erros de diagnósticos ilustrados por exemplos clínicos típicos, os quais apontam para as posturas etnocêntricas e deterministas das correntes do pensamento psiquiátrico em voga no período. O autor propõe-se a mostrar a proximidade entre a pesquisa etnográfica e a investigação psicopatológica, ampliando o campo de reflexão antropológica e proporcionando à psiquiatria um referencial cultural concernente à realidade dos sujeitos com os quais ela lida.

Ainda a respeito do surgimento de uma cultura psicológica, e inspirado pelas proposições relativas às perturbações físico-morais, Trois (1998) discorre sobre os Neuróticos Anônimos, um dispositivo terapêutico de

autoajuda destinado àqueles que entendem a neurose como doença das emoções que afeta o comportamento em grau e forma reconhecidos pelos próprios indivíduos. Os Neuróticos Anônimos configuram um dispositivo discursivo ritualizado e reintegrador da pessoa, marcado por reuniões em que os participantes falam das suas aflições. O autor explicita a dinâmica dos Neuróticos Anônimos, aponta-o como um modelo terapêutico comunitário não organizado em função de profissionais de saúde e mostra como as pessoas elaboram suas experiências de doença tendo em vista as confissões coletivas.

Para fechar o conjunto de trabalhos do período estabelecido, Lins (1992) utiliza o instrumento da anamnese médica em uma pesquisa de campo, fundamentada na observação participante, com adeptos do candomblé da nação Xambá em Pernambuco. O autor realiza um retorno aos estudos do transe e da possessão com o propósito de rechaçar a relação entre eles e a doença mental, principalmente no que se refere à compreensão do transe e da possessão como manifestações dissociativas da personalidade.

A opção por apresentar brevemente cada trabalho justifica-se porque eles demonstram como os temas da loucura, doença mental e saúde mental são enfrentados e passam a ganhar novos enquadres nos primeiros anos da institucionalização da pós-graduação em antropologia. Esses trabalhos são os responsáveis por estabelecerem alguns eixos de pesquisa (desvio social, construção da pessoa, álcool e drogas, nervoso, doença como experiência, dispositivos terapêuticos biomédicos e alternativos, justiça e segurança, diálogos da antropologia com as áreas “psi” e religião) e também por deixarem subentendidos ou sugerirem outros eixos a serem trabalhados (Estado, políticas públicas, família, medicalização, gênero, formação profissional, sofrimento

mento laboral). É interessante assinalar que um grande número das pesquisas apresentadas foi elaborado por profissionais de saúde que buscavam na formação antropológica referências para arejarem as suas práticas e os arcabouços teóricos de suas áreas originais, além de contribuírem com os problemas cotidianos com os quais lidavam para ampliar o escopo de pesquisa de uma área em franca consolidação¹¹.

Dos anos 2000 à atualidade

Neste tópico, pela quantidade de pesquisas, não serão apresentados resumos dos trabalhos, e sim agrupamentos por eixos com algumas subdivisões. Nos anos 2000, é aprovada a Lei nº 10.216, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (Brasil, 2001). Essa lei, conhecida como a lei da reforma psiquiátrica, legitimou alguns experimentos de assistência que vinham sendo testados desde os anos 1970 e fundamentou e padronizou outros dispositivos. Dessa maneira, a assistência configura um dos principais eixos de pesquisa antropológica acerca da loucura e da saúde mental na atualidade. Esse eixo conjuga ao menos três dimensões: a organização e o funcionamento dos dispositivos, as redes de atenção e o processo formativo de profissionais.

No que se refere a estudos sobre dispositivos, existem trabalhos sobre: lar abrigado e serviço residencial terapêutico (Santos, 2001; Pereira, 2008; Sartori, 2015), centro de convivência para pacientes psiquiátricos (Barbosa, 2009; 2014), clínica-dia (Ciel-

lo, 2013), centro de atenção psicossocial (CAPS) (Sartori, 2010; Novaes, 2016), hospital psiquiátrico (Santos, 2014; Poglia, 2015), hospital de neuropsiquiatria infantil (Brandão, 2015), centro especializado de tratamento às dependências químicas (Pacheco, 2004; Barroso, 2013), comunidade terapêutica (Aguiar, 2014), programa de saúde mental da unidade de saúde escola (Costa, 2010), centro clínico e de pesquisa em psicoterapia (Silva, 2007) e Museu de Imagens do Inconsciente (Magaldi, 2014). No âmbito das redes, encontram-se trabalhos que enfocam atividades e serviços de um setor cobrindo um território (Sierra, 2013; Ingrande, 2016), ações intersetoriais (Martinez, 2016; Vieira, 2018) e associação de usuários dos serviços de saúde mental (Duarte, 2017). Ainda como dimensão da assistência, Schweig (2009) e Monteiro (2012) discorreram sobre a formação acadêmica e a prática de profissionais de saúde no âmbito da reforma psiquiátrica.

Paralelamente aos dispositivos de assistência regulados governamentalmente, encontram-se grupos terapêuticos comunitários de ajuda mútua não organizados em torno de atividades biomédicas. Nesse escopo, Batista (2006) realizou uma pesquisa sobre um grupo dos Alcoólicos Anônimos; Loeck (2009) e Cuozzo (2016) debruçaram-se sobre as ações e funcionamento dos Narcóticos Anônimos; e Silva (2010) versou sobre um grupo familiar Al-Anon. Percebe-se que todos esses trabalhos se referem à esfera do álcool e das drogas, um eixo de pesquisa composto ainda de estudos que articulam a visão dos usuários, os modos de subjetivação dos usuários e as perspectivas

11 A título de curiosidade sobre o tema da loucura na prática formativa dos antropólogos, Luiz Fernando Dias Duarte ministrou no Museu Nacional, em 1982, a disciplina *Indivíduo e Sociedade* cuja ementa versava exclusivamente sobre “a doença mental como objeto de análise antropológica” (Duarte, 1982).

de profissionais de saúde, assistência social e segurança pública (Rui, 2007; 2012; Garcia, 2008; Melotto, 2009; Caux, 2011; Oberling, 2011; Policarpo, 2013; Loeck, 2014; Zanella, 2014; Alves, 2015; Garcia, 2015; López, 2016; Paz, 2016).

Perpassando os eixos já citados, figuram as discussões acerca das políticas governamentais que ganham forma como serviços, planos, programas e ações de governo. Há a menção às políticas de saúde (Melotto, 2009; Vieira, 2018), políticas de álcool e drogas (Sierra, 2013; López, 2016), política social (Rui, 2012), políticas públicas (Sartori, 2010; Barroso, 2013; Loeck, 2014; Alves, 2015) e política de financiamento (Sartori, 2015). Esses trabalhos denotam uma faceta da discussão entre a saúde mental e o Estado, principalmente sobre como o Estado delimita e gere os grupos sociais atendidos pelas políticas. Outra faceta dessa relação se dá com as discussões pertinentes à justiça, à assistência social e à segurança, realizadas com base em pesquisas sobre curatela e interdição civil (Zarias, 2003; Chaves, 2013; Barbosa, 2015), perícia e incapacidade (Matos, 2016), benefícios sociais (Chaves, 2013; Fietz, 2016) e medida de segurança para loucos infratores (Gonçalves, 2008). Há, ainda, uma reflexão sobre a condenação do Brasil por violação dos direitos humanos em um tribunal internacional, isto é, sobre o Brasil visto por outros Estados pela ótica de suas práticas assistenciais no campo da saúde mental (Silva, 2011).

Nos últimos 18 anos ainda figuraram na produção antropológica os estudos relativos à construção da noção de pessoa, ao nervoso, às perturbações físico-morais e às áreas “psi”. As pesquisas referentes à construção da pessoa tratam a maneira como as áreas profissionais concebem e trabalham essa noção (Pavesi, 2003; Antônio, 2010; 2015), como

um indivíduo constrói a sua noção de pessoa tendo em vista o recebimento de diagnósticos e o processo de autoidentificação (Silva, 2004; Silva, 2007) e também como essas noções emergem dos processos terapêuticos (Ciello, 2013; Magaldi, 2014). Os trabalhos sobre o nervoso e as perturbações físico-morais enveredaram pela busca das associações que os gêneros fazem da ideia de nervoso (Oliveira, 2000) e a inserção dos transtornos do pânico e alimentares na segunda rubrica (Pereira, 2002; Silva, 2004). Os trabalhos sobre as áreas “psi” contemplam a psiquiatria, a psicanálise, a psicologia analítica, a etnopsiquiatria e as terapias alternativas. Eles dedicaram-se à formação de profissionais (Carvalho, 2007; Schweig, 2009; Monteiro, 2012; Antônio, 2015), às atividades terapêuticas (Antônio, 2010; Costa, 2010; Monteiro, 2012; Marini, 2013; Magaldi, 2014; Santos, 2018) e aos pensadores e suas abordagens (Filho, 2016; Maia, 2016; Magaldi, 2018).

Os estudos no campo da religião também se mostraram presentes em pesquisas sobre a formação de pastores evangélicos como psicanalistas (Carvalho, 2007), os trânsitos de profissionais de saúde entre a esfera da biomedicina e do candomblé (Vasconcelos, 2012) e as práticas de cuidado e rituais de cura na umbanda, candomblé, santo-daimé e xamanismo (Dias, 2013; Lira, 2016; Schlesinger, 2016). Perpassando vários eixos já citados, existem estudos que se referem à noção de experiência de vida, de doença, de sofrimento e de cura, isto é, que demonstram o uso de noções fenomenológicas na abordagem antropológica (Pereira, 2002; Chaves, 2013; Dias, 2013; Novaes, 2016). Nesse mesmo viés, há também pesquisas que empreendem análises sobre as trajetórias de vida dos sujeitos em sofrimento e tratamento (Barbosa, 2009; Melotto, 2009; Vasconcelos, 2012; Loeck, 2014). Associados aos

estudos de trajetória estão aqueles que tratam da família como suporte do cuidado, da responsabilidade e também de conflitos (Santos, 2001; Garcia, 2008; Silva, 2011, Barbosa, 2014; Barbosa, 2015; Fietz, 2016; Ingrande, 2016).

Outro eixo que se identificou refere-se às articulações da loucura com a arte, a literatura e a arquitetura, composto de análises da vida e das obras de artistas e literatos considerados loucos (Holland, 2010; Franco, 2011; Ciacco, 2015), da arte e atividades criativas no processo terapêutico (Magaldi, 2014; 2018; Poglia, 2015) e da arquitetura como disciplinamento, controle e cura operados pela espacialidade (Brandão, 2015). A saúde mental em comunidades indígenas desponta como um eixo, uma vez que existem trabalhos acerca do alcoolismo indígena (Caux, 2011; Garcia, 2015) e da assistência em saúde mental prestada pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Vieira, 2018).

Para finalizar, existem estudos que abordam dimensões pouco exploradas e que sinalizam eixos com grande potencial de desenvolvimento. Tais pesquisas concernem à medicalização e ao uso de fármacos (Barbosa, 2014; Herrera, 2015), ao suicídio (Neto, 2013), à sexualidade (Santos, 2014), ao gênero (Oliveira, 2000; Batista, 2006; López, 2016; Cuozzo, 2016), ao universo laboral (Almeida, 2012), ao universo estudantil (Costa, 2010), aos estudos de deficiência (Cavalheiro, 2016; Fietz, 2016), à conexão entre loucura, rua e comunidade (Chaves, 2009; 2013) e aos estudos realizados no ambiente da internet (Pavesi, 2003; Silva, 2004).

Considerações finais

No levantamento realizado, optou-se por apresentar os trabalhos por eixo de discussão, mas um esforço semelhante poderia ser feito

considerando-se os subcampos da antropologia. No entanto, encontraríamos dificuldades classificatórias semelhantes, uma vez que a temática da loucura e da saúde mental requer olhares em múltiplas direções, o que faz com que o pesquisador passeie por diversos subcampos da disciplina, entre eles: indivíduo e sociedade, antropologia urbana, antropologia do direito, antropologia da saúde, antropologia da religião, antropologia da política, antropologia do Estado, antropologia da ciência, etnologia indígena, gênero e sexualidade, antropologia da arte e da literatura, antropologia econômica e antropologia do consumo. A opção por eixos permite, em alguma medida, acompanhar o esforço de atravessar fronteiras, o que é inerente à temática.

Os dados levantados confirmam, ao menos no que se refere ao escopo desta pesquisa, a reflexividade da antropologia brasileira, isto é, a sua prática de realizar pesquisas no e sobre o Brasil. Apenas dois trabalhos fogem, em algum grau, a essa regra: o de Sierra (2013), sobre as redes de atenção da política de drogas na Colômbia, e o trabalho de Policarpo (2013), a respeito do consumo de drogas e seus controles numa perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Francisco (Estados Unidos). As pesquisas levantadas acompanham um dos deslocamentos da antropologia brasileira, qual seja do pensar a formação da nação ao pensar o Estado em funcionamento com as suas práticas, programas, ações e tecnologias. No âmbito dos programas e das ações estatais, destacam-se as questões da busca por direitos, cidadania, assistência e possibilidade de inserção social de sujeitos historicamente alijados, marginalizados e estigmatizados. Nesse mesmo âmbito, localizam-se as controvérsias sobre formatos, competências e encargos das instituições, desnudando o emaranhado do saber e do poder.

Outro deslocamento que os trabalhos apontam se refere ao abandono da noção de doença mental e à sua substituição por outras categorias, tais como: transtorno e sofrimento, quando referente à diagnóstico; loucura, nervosismo, aflição e “noia”, no tocante à experiência; e saúde mental, no que concerne à assistência e ao campo temático. Nesse caso, a antropologia acompanha as discussões realizadas nas áreas “psi”, contribuindo com termos com os quais se defronta em contextos e processos de construção de subjetividades tão diferenciados. Ainda na esfera dos abandonos, há o afastamento das discussões sobre raça

e a diluição desse eixo em outros marcadores da diferença, tais como camadas médias, classes baixas, pobreza, vulnerabilidade e religiosidade. Um interessante estudo a ser feito é sobre essa diluição, perscrutando suas causas e efeitos. Ressalte-se também a diminuição das pesquisas sobre contato interétnico e a ausência de estudos sobre a conexão entre migrações, diásporas e saúde mental. Por fim, assinala-se que algumas abordagens que em um período configuraram eixo de pesquisa, como é o caso do “desvio social”, são mescladas com outras no avançar dos anos, merecendo um escrutínio dessas imbricações.

Bibliografia

- AGUIAR, A. **Usuários de crack, instituições e modos de subjetivação: estudo das práticas e da eficácia terapêutica em uma Comunidade Terapêutica religiosa (RN)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- ALMEIDA, C. **“Manda quem pode, obedece quem (não) tem juízo” – corpo, adoecimento mental e intersubjetividade na polícia militar goiana**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- ALVES, Y. **Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo, SP**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- ANTÔNIO, M. C. **A ética do desejo: estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de psicanálise**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- ANTÔNIO, M. C. **Metonímia do desejo: análise antropológica de uma clínica psicanalítica laciana**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- BARBOSA, L. **Sob o signo da curatela: as relações entre família, justiça e medicina em torno dos processos de interdição por diagnósticos de doenças mentais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- BARBOSA, S. **De médico e de louco, toda família tem um pouco: um estudo sobre pacientes psiquiátricos e relações familiares**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2014.
- BARBOSA, S. **Trajatórias, acusações e sociabilidade: uma etnografia em um centro de convivência para pacientes psiquiátricos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

- BARROSO, P. **Desintoxicar e reinserir: perspectivas no tratamento dos usuários de drogas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BASTIDE, R. **O sonho, o transe e a loucura**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- BASTOS, C. **Os Interesses Sociais e a Sectarização da Doença Mental: A Negligência da Clínica na Psiquiatria Atual**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.
- BATISTA, M. **Serenos, corajosos e sábios: a plataforma terapêutica dos Alcoólicos Anônimos e seus participantes através de um olhar antropológico**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BRANDÃO, J. **Arquitetura que enlouquece: poder e arqueologia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 60.252, de 21 de fevereiro de 1967**. Brasília, 1967.
- BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**, Brasília, 2001.
- CARRARA, S. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro, São Paulo: EDUERJ, EDUSP, 1998.
- CARRETEIRO, R. **A loucura no manicômio judiciário: a prisão como terapia, o crime como sintoma, o perigo como verdade**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.
- CARVALHO, E. **O Divã e o Altar: Cultura Psicanalítica e Interioridade Cristã no Movimento Evangélico Brasileiro**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2007.
- CAUX, C. **Histórias de cachaça e povos indígenas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2011.
- CAVALHEIRO, A. **Alma e corpo: um estudo sobre mente, sofrimento e deficiência**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CHAVES, L. **Esse negócio de loucura, cê sabe né, fia: integração e diferenciação pelas ruas de Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CHAVES, L. **Loucura e experiência: seguindo loucos de rua e suas relevâncias**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- CIACCO, F. **Loucura e dispersão: uma etnografia entre escritas autobiográficas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- CIELLO, F. **Saúde mental, loucura e saberes: reforma psiquiátrica, interações e identidades em uma clínica-dia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- CORRÊA, M. **As ilusões de liberdade: a Escola Nina Rodrigues e antropologia no Brasil**. 2. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- COSTA, V. Do **“sofrimento psicológico” entre universitários: uma etnografia com jovens estudantes e grupos terapêuticos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

- CUOZZO, J. **Os caminhos da “transmissão da mensagem”: Narcóticos Anônimos na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre (RS)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- DIAS, G. **Loucura, sofrimento e Umbanda: Uma análise antropológica sobre experiência e cura na Tenda Espiritual Cosme e Damião**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2013.
- DUARTE, L. F. **Curso MNA-718 Indivíduo e Sociedade: A doença mental como objeto de análise antropológica**. Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1982.
- DUARTE, L. F. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- DUARTE, R. **Lembrar é resistir: Uma etnografia com a AUSSMPE – Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- FIETZ, H. **Deficiência e Práticas de cuidado: uma etnografia sobre problemas de cabeça em um bairro popular**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- FILHO, M. **O Centro, o Círculo e o Vínculo: sobre Tobie Nathan e as Técnicas de Influência**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2016.
- FRANCO, S. **22 dezembro 1938: Arthur Bispo do Rosário: um estudo antropológico sobre arte e loucura**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- GARCIA, A. **Maneiras de beber: Sociabilidades e alteridades**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- GARCIA, T. **Prazer e Padecer: alcoolização entre os Tembê-Tenetechara de Santa Maria**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- GONÇALVES, R. **A medida de segurança: elementos para interpretação da contenção por tempo indeterminado dos loucos infratores no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- HERRERA, M. **Da depressão ao transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: um estudo sobre a promoção publicitária do metilfenidato**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- HOLLAND, E. **Qorpo-Santo e o teatro das relações: antropologia, literatura e loucura**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- INGRANDE, D. **Habitar o cotidiano, construir territórios: uma etnografia das práticas de saúde mental comunitária no município de São Carlos**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- LIMA, J. **Espelho quebrado, algafan e o desvio**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.
- LINS, F. **Um Retorno aos Estudos de Transe e Doença Mental nos Cultos Afro-Brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

- LIRA, W. **Daqui nós tira um ouro de chá! Umbanda, Santo Daime e xamanismo popular no tratamento religioso de patologias físicas, mentais e espirituais: o caso de um Terreiro alagoano.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- LOECK, J. **A dependência química e seus cuidados: antropologia de políticas públicas e de experiências de indivíduos em situação terapêutica na cidade de Porto Alegre, RS.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- LOECK, J. **A dicção e ajuda mútua: estudo antropológico de grupos de narcóticos anônimos na cidade de Porto Alegre (RS).** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- LÓPEZ, G. **Fumo, desvios e goró: políticas e poéticas de desencontro em Salvador, Bahia.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- LOUGON, M. **Os Caminhos da Mudança: Alienados, Alienistas e a Desinstitucionalização da Assistência Psiquiátrica Pública.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1987.
- MAGALDI, F. **A Unidade das Coisas: Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde no Rio de Janeiro, Brasil.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2018.
- MAGALDI, F. **Frestas Estreitas: Uma etnografia no Museu de Imagens do Inconsciente.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- MAIA, J. **Claude Lévi-Strauss e suas relações com a obra de Sigmund Freud.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2016.
- MARINI, M. **Diário de peso: saberes e experiências sobre os transtornos alimentares.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MARTINEZ, M. **Redes do cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersetorial para usuários de drogas.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- MATOS, L. **Como se decide a (in)capacidade e a deficiência? Uma etnografia sobre moralidades e conflitos em torno da perícia médica previdenciária.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- MELOTTO, P. **Trajetórias e usos de crack: estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo – RS.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MONTEIRO, M. **A residência psiquiátrica no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira: uma abordagem etnográfica a partir de sujeitos envolvidos no programa de residência do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPq/SC).** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- NASSER, N.; NASSER, E. Depoimento sobre o primeiro Mestrado em Antropologia Social na UFRN. *In:* ECKERT, C.; GODOI, E. (orgs.). **Homenagens:** Associação Brasileira de Antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- NETO, C. **Os aspectos socioantropológicos que contribuem para a tentativa de suicídio em Teresina-PI.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

- NOVAES, R. **Quando uma história torna-se um caso: narrativas de sofrimento no Caps II de Taguatinga, Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- NUNES, E. Roger Bastide: a construção do social na fronteira das disciplinas. A doença mental como campo de estudo. **Caderno de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p. 909-920, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00137814>
- OBERLING, A. **Maconeiro, dependente, viciado ou traficante? Representações e práticas da Polícia Militar sobre o consumo e o comércio de drogas na Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- ODA, A. M. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina-Rodrigues e Juliano Moreira. **Psychiatry On-Line Brazil**, v. 6, n. 12, 2001.
- OLIVEIRA, A. **A representação social da doença de nervos entre os gêneros**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- OLIVEIRA, V. **Alcoolismo: fenômeno do corpo, da alma e da cultura**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.
- PACHECO, R. **Poeira de estrelas: símbolos e discursos entre usuários de drogas e seus terapeutas em Recife**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- PAVESI, P. **Cada louco com sua mania, cada mania de cura com a sua loucura**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- PAZ, A. C. **Entre “papudinhos” e “noiados”: Uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em espaço de consumo de substâncias psicoativas na região Central de Cabedelo/PB**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- PEREIRA, M. C. **O fenômeno do pânico: uma análise de sua construção sociocultural**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- PEREIRA, R. **De volta para a casa: a vida nas residências terapêuticas e o trabalho dos cuidados em Barbacena-MG**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- PERELBERG, R. **As fronteiras dos silêncio: um estudo de desvio e ritualização**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- POGLIA, M. **Terceira Margem do Hospital Psiquiátrico: Ética, Etnografia e Alteridade**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- POLICARPO, F. **O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- QUEIRÓZ, M. I. Roger Bastide e o Brasil. **Afro-Ásia**, n. 12, p. 47-52, 1976. <http://dx.doi.org/10.9771/1981-1411afro-%C3%A1sia.v0i12.20771>
- QUEIRÓZ, M. I. Uma nova interpretação do Brasil: A contribuição de Roger Bastide à Sociologia Brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 20, p. 101-121, 1978. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i20p101-121>

- RODRIGUES, M. **Na beira do abismo: encontros entre mística, loucura e possessão na obra de Roger Bastide**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- RODRIGUES, N. *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- RUBIM, C. **Antropólogos brasileiros e a Antropologia no Brasil: a era da pós-graduação**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- RUI, T. **Uso de “drogas”, marcadores sociais e corporalidades: uma perspectiva comparada**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- RUI, T. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- RUSSO, J. **O Corpo Contra a Palavra: As terapias corporais no campo psicológico dos anos 80**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1991.
- SANTOS, G. **Terapeutas corporais: subjetividade, aprendizagem e integração na bioenergética**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- SANTOS, J. **(Sobre) Vivências das sexualidades: estudo antropológico em um hospital psiquiátrico de Maceió/AL**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SANTOS, J. F. **Lar abrigado, reforma psiquiátrica e família entre mulheres com transtornos mentais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- SARTORI, L. **A política de financiamento de uma tecnologia de cuidado. Etnografia do processo de Reforma Psiquiátrica do Serviço de Saúde Dr. Cândido**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- SARTORI, L. **O manejo da cidadania em um Centro de Atenção Psicossocial**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- SCHLESINGER, E. **La fonction de l'isolement, une méta-psycho-anthropologie du cadre**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SCHWADE, E. Os 50 anos da ABA na UFRN e a Antropologia no Rio Grande do Norte. *In*: ECKERT, C.; GODOI, E. (orgs.). **Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia: 50 anos**. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- SCHWEIG, G. **Saberes e fazeres em construção: etnografia sobre formação profissional e mobilização estudantil no contexto da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SERPA JR., O. O degenerado. **História Ciência Saúde – Manguinhos**, v. 17, supl. 2, p. 447-473, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000600011>
- SIERRA, A. **Redes que curam. Riscos, danos e políticas de drogas na Colômbia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

- SILVA, A. **“Não é psicológico” ou “enrolado pela doença”: uma abordagem antropológica sobre um atendimento aos “somatizadores”**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- SILVA, D. **Do outro lado do espelho: anorexia e bulimia. Para além da imagem, uma etnografia virtual**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- SILVA, M. **Entre o “desmame” e os “galinha d’água”: a vida fora dos hospícios no contexto da primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2011.
- SILVA, R. **“Viva e deixe viver”: o Al-anon - princípios e práticas sociais para reorientação de vida**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- SILVEIRA, M. L. **Nervos e nervosas na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- SOARES, S. **Enlouquecer para Sobreviver: manipulação de uma identidade estigmatizada como estratégia de sobrevivência**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1980.
- TROIS, J. F. **A cura pelo espelho: uma leitura antropológica do dispositivo terapêutico dos grupos de auto-ajuda de Neuróticos Anônimos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- VASCONCELOS, R. **A história de Carminha: notas antropológicas sobre Ciência e Religião no campo da Saúde**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Recife, 2012.
- VENÂNCIO, A. T. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 18, supl. 1, p. 35-52, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000500003>
- VENÂNCIO, A. T. **O eu dividido moderno: uma análise antropológica da categoria esquizofrenia**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1998.
- VENÂNCIO, A. T. **Sobre a “Nova Psiquiatria” no Brasil: Um Estudo de Caso do Hospital-Dia do Instituto de Psiquiatria**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1990.
- VIEIRA, E. **Nem injeção e nem xaboni: reflexões sobre trabalhos de saúde mental em contextos indígenas de Roraima**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.
- ZANELLA, E. **Práticas, mediações e substâncias: “álcool e drogas” nas atividades de um coletivo de pesquisadores**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- ZARIAS, A. **Negócio público e interesse privado: análise dos processos de interdição**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

Resumo

Loucura e saúde mental na antropologia brasileira: quatro décadas de dissertações e teses

As pesquisas antropológicas no Brasil podem ser divididas em ao menos três períodos: a formação da nação, a institucionalização das ciências sociais e a criação dos programas de pós-graduação. Desde os estudos a respeito da formação da nação, percebe-se que a temática da loucura, imiscuindo-se nas discussões sobre raça e crime, faz parte da constituição dessa área de saber. O objetivo deste artigo é resgatar como a temática da loucura, da doença mental, da saúde mental e demais termos correlatos figura na formação e consolidação da antropologia brasileira. Para tal, empreende-se um levantamento de dissertações e teses desde a institucionalização dos programas de pós-graduação até o ano de 2018, a fim de apontar os eixos de discussões que perpassam diversos subcampos da disciplina.

Palavras-chave: Loucura; Saúde mental; Antropologia brasileira; Dissertações e teses.

Abstract

Madness and mental health in Brazilian anthropology: four decades of dissertations and theses

Anthropological research in Brazil can be divided into at least three periods: the formation of the nation, the institutionalization of social sciences, and the creation of postgraduate programs. From the studies on the formation of the nation, it is perceived that the theme of madness, immersed in the discussions on race and crime, is part of the constitution of this area of knowledge. The objective of this article is to rescue how the themes of madness, mental illness, mental health, and other related terms figure in the formation and consolidation of Brazilian anthropology. To do so, a survey of dissertations and theses were undertaken from the institutionalization of postgraduate programs until 2018, in order to point out the axes of discussions that pass through several subfields of the discipline.

Keywords: Madness; Mental health; Brazilian anthropology; Dissertations and theses.

Résumé

Folie et santé mentale en anthropologie brésilienne : quatre décennies de mémoires et de thèses

La recherche anthropologique au Brésil peut être divisée en au moins trois périodes : la formation de la nation, l'institutionnalisation des sciences sociales et la création de programmes d'études supérieures. Les études sur la formation de la nation montrent clairement que le thème de la folie, étroitement lié aux discussions sur la race et le crime, fait partie de la constitution de ce domaine de la connaissance. Le but de cet article est de montrer comment le thème de la folie, de la maladie mentale, de la santé mentale et d'autres termes associés figure dans la formation et la consolidation de l'anthropologie brésilienne. À cette fin, nous entreprenons une étude des mémoires et thèses de l'institutionnalisation des programmes de troisième cycle jusqu'en 2018, afin de mettre en évidence les axes de discussion qui imprègnent plusieurs sous-domaines de la discipline.

Mots clés: Folie; Santé mentale; Anthropologie brésilienne; Mémoires et thèses.

